



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

ATA DE REUNIÃO

São Paulo, 15 de julho de 2020.

Comissão de Segurança Hídrica

- Teve lugar no dia 15 de julho de 2020, das 15h às 17h, por ferramenta virtual, a **22ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo e Breno Zylbersztein, da SPurbanismo; Pedro Algodual e Adriana Palheta, da Siurb; Ivan Shirahama, Maria José Gullo e Marcos Romano, da Sehab; Gustavo Rabello, da SGM; Irineu Gnecco Filho, da SMG; Maurício Tonin, da PGM; Thor Saad Ribeiro, José Amaral e Bruno Janini, da SMDU; Maurício Tonin, da PGM; Carlos de Nicola, do IAS; Mauricio Ramos e Mauro Scarpinatti, da Aliança pela Água; Guilherme Checco, do IDS; Raphael Guerrero e Renato Zuccolo, do Instituto de Engenharia; Rodrigo Bueno de Freitas, da UFABC; José Carlos Mierzwa, da USP; Meunim R. De Oliveira Jr., Nivaldo Rodrigues e Monica Porto, da Sabesp; Maria Inês Sato e Eduardo Serpa, da Cetesb; Sandra Kishi, da PRR; Cesar Pergoraro, SOS Mata Atlântica; Giuliano Ajeje, da UBS; Helio Suleiman, da Bacia AT; Eunice Emiko, da SMS; Roseane Garcia e Sandra Lestinge, convidadas; Mônica Valdyrce, do Inst. Butantan e José Pimentel, da Arsesp.
- Marco Palermo iniciou a reunião cumprimento os participantes. Em seguida, submeteu aos participantes a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada por unanimidade entre os presentes.
- Thor Ribeiro apresentou um relato da primeira reunião do GT de Monitoramento. Informou que o grupo debateu a importância de levar em consideração que não há modelos confiáveis ainda para inferir dados muito sofisticados pela coleta do esgoto no caso do Sars-Cov-2. Propôs que neste primeiro momento sejam estudados como pilotos territórios de diferentes tipos para gerar informações proveitosas para a tomada de decisão do poder público. Por fim, informou que para o longo prazo, o GT avalia que seria interessante construir uma política de longo prazo, com recursos específicos, para a montagem de uma infraestrutura de monitoramento de patógenos na rede de esgoto.
- Maria Inês complementou, pedindo que a área da Saúde se manifeste a respeito dos objetivos e das propostas para o monitoramento. Eunice Kishinami afirmou que vai levar esses pontos para a Secretaria de Saúde
- Nivaldo Rodrigues complementou esse ponto de pauta, lembrando que a política precisa ser construída. A participação da prestadora precisa ser



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

equacionada, e dependendo do seu escopo, depende de ajustes nas normas que regem a prestação do serviço.

- Em seguida, Breno Zylbersztajn fez um informe sobre o hub informativo. Explicou que foi feita uma reunião interna para nivelamento do conhecimento sobre o Sistema de Informações Compartilhadas, que será fonte de novos dados dos SIC. Foram carregados os dados sobre o Programa Córrego Limpo. Foram também aperfeiçoados os dados relativos à pias instaladas, classificados agora por data de instalação. Meunim complementou com informações sobre novas instalações de pia e caixas d'água.
- Mauro Scarpinati sugeriu que o sistema passe a disponibilizar dados sobre local e data das operações da GCM e demais fiscais nas áreas de mananciais. Ele recomendou também que a comissão se debruce com urgência sobre os problemas das represas Billings e Guarapiranga. Ele informou que há um processo intenso de desmatamento e degradação ambiental, que têm sido denunciados às subprefeituras locais. Há anúncios sobre vendas de terrenos oriundos de processos ilegais feitos abertamente em jornal. Guilherme Checco reforçou a urgência dessa pauta.
- Carlos de Nicola pediu que o compartilhamento de dados pela sociedade civil seja simplificado, para que a população possa participar de forma mais intensa. Breno se comprometeu a entrar em contato para avaliar as mudanças.
- Gustavo Rabello se manifestou pela agenda de uma reunião específica sobre os problemas das represas. Explicou que não há uma governança simples dos temas envolvidos, com diversas dinâmicas institucionais e responsabilidades difusas entre órgãos e esferas de governo. Sugeriu mapear essa institucionalidade. Ressaltou que não se trata somente de fiscalização do uso do solo, mas o produto de uma dinâmica perversa ligada à estruturação da cidade e a falta crônica de moradia.
- Marco Palermo ressaltou que a Comissão é municipal e não tem competência deliberativa. Propôs que outros fóruns sejam envolvidos no debate, como o Comitê de Bacia do Alto Tietê.
- Guilherme Checco afirmou que a origem do processo da Lei de Segurança Hídrica se deu a partir de um trabalho da professora Estela Neves sobre as competências municipais na gestão das águas. E que é importante que a comissão se debruce sobre o assunto.
- Devido ao horário adiantado, o ponto de pauta do Ligue os Pontos foi adiado para a reunião seguinte.
- Marco Palermo informou que o novo Marco do Saneamento foi sancionado com vetos pela Presidência. Nesse sentido, pediu que seja feita uma análise na reunião seguinte das repercussões da nova lei na Cidade de São Paulo.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

Mauricio Tonin fez algumas considerações sobre os vetos, em especial o art. 16.

- Mauricio levantou também a questão dos roubos de hipoclorito, pedindo para que a Sabesp se manifeste sobre esses episódios e eventuais ameaças a qualidade da água na cidade. Representantes da Sabesp informaram que esta solicitação deveria ser enviada para a presidência da empresa.
- Giuliano Ajeje complementou com informações sobre os vetos à nova lei do saneamento, informando que houve um número maior de vetos que o que fora acordado com o Senado.
- Encerrando, Marco Palermo marcou a reunião seguinte para 22/07/2020, das 15h-17h, com participação da Sabesp, e se comprometeu a lavrar a presente ata.